
**Para Pensar sobre Elementos da Análise de Discurso na Checagem Jornalística:
a reconstrução do contexto sócio-histórico permeando a compreensão da cobertura
experimental das eleições presidenciais¹**

Cláudia Maria Moraes BREDARIOLI²
ESPM-SP

Resumo

Este artigo destaca a importância da compreensão do contexto sócio-histórico na análise discursiva para incentivar a concepção de uma proposta pedagógica que tenha aplicação em atividades experimentais de checagem e apuração jornalísticas a serem desenvolvidas por alunos da ESPM-SP com foco nas eleições presidenciais de 2018. Para isso, são apresentadas aqui observações construídas com o intuito de prover elementos para que os alunos possam tomar contato com os conceitos concernentes à análise discursiva. Como exemplo, tomamos como base a condição formadora presente nos processos de recepção midiática para discutir as questões discursivas deste agente socializador na construção da percepção em torno das falas de Luiz Inácio Lula da Silva em dois momentos distintos da história do Brasil.

Palavras-chave: comunicação; educação; discurso; eleições; jornalismo.

Introdução

A proximidade da realização de uma eleição presidencial no Brasil no atual contexto político, histórico, social e econômico, nos incita a repensar de que maneira os processos pedagógicos intrínsecos ao ensino-aprendizagem de nível superior em Jornalismo podem contribuir à reconstrução de uma perspectiva midiática mais democrática.

Em texto anterior que também circulou neste Grupo de Pesquisa, expusemos que, no contexto de construções de pós-verdades, o mundo contemporâneo está substituindo os fatos por indícios, percepções por convicções, distorções por vieses. As convicções passam a ocupar o espaço das evidências e provas. A verossimilhança ganhou mais peso que a comprovação. Estamos diante de um fenômeno que já começou

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Educação, do XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP, e-mail: claudia.bredarioli@espm.br.

a mudar nossos comportamentos e valores em relação aos conceitos tradicionais de verdade, mentira, honestidade e desonestidade, credibilidade e dúvida.

Compreendemos, contudo, que na interface comunicação-educação há um largo espaço para pensar e atuar neste contexto, bem como perspectivas para que ele seja reconstruído em outras bases. Mais do que isso, esse cenário traz a nós, professores atuantes neste campo, a necessidade de mantermos certa vigilância diante das questões éticas que permeiam os processos de ensino e aprendizagem – e aqui vamos nos ater a experiências realizadas em cursos de Jornalismo –, no sentido de nos distanciarmos dessas condições muitas vezes tidas como “normais” diante do senso comum, incentivando nos espaços educativos a prática da perspectiva crítica aplicada à leitura da mídia e à produção de conteúdo a ser colocado em circulação. (Bredarioli, 2018)

Para Castilho (2016), a pós-verdade pode parecer mais uma expressão de impacto para chamar a atenção de um público saturado de informações e inclinado para a alienação noticiosa, quem a produz “aproveita-se das incertezas e inseguranças provocadas pela quebra dos paradigmas dicotômicos para criar a pós-verdade, ou seja, uma pseudo-verdade apoiada em indícios e convicções já que os fatos tornaram-se demasiado complexos” (Castilho, 2016, online), dando mais peso à verossimilhança que à comprovação.

Estamos diante de um fenômeno que já começou a mudar nossos comportamentos e valores em relação aos conceitos tradicionais de verdade, mentira, honestidade e desonestidade, credibilidade e dúvida. É um caso típico de aplicação da teoria da “cognição preguiçosa”, criada pelo psicólogo e prêmio Nobel Daniel Kahneman, para quem as pessoas tendem a ignorar fatos, dados e eventos que obriguem o cérebro a um esforço adicional (Castilho, 2016, online)

A ponderação de Castilho atualiza para o contexto das redes uma questão há tempos observada pela Ciência. Ecléa Bosi (1992), em seu artigo *Entre a opinião e o estereótipo*, já deixava clara a complexidade inerente à construção do pensamento, das identidades e dos estereótipos diante de nossas experiências vividas cotidianamente em um mundo editado, que nos chega a partir dos mais diversos agentes socializadores – netes caso, com destaque para a mídia – e, por meio dos quais, construímos nossas próprias ‘verdades parciais’. Segundo Luis Felipe Miguel (2017), “trata-se de um problema grave, para o qual ainda não existem soluções, e cujo impacto na democracia é mesmo grande”. Entre as opções pedagógicas para experimentarmos caminhos que nos levem a uma produção jornalística que se distancie das falsas notícias, contudo,

mais do que um processos rigoroso de checagem vemos que há de se compreender a análise discursiva, especialmente no tocante ao contexto sócio-histórico que a ela serve como um dos pontos de partida para observação. E este é o ponto central em discussão neste artigo.

Dessa forma, nos dispusemos aqui a elencar questões relativas a dois momentos sócio-históricos distintos de um personagem político da história brasileira recente. Para isso tomamos como exemplos os discursos de Luiz Inácio Lula da Silva em dois momentos, que serão explicitados a seguir. A proposta nasce de uma experiência que começa a ser desenvolvida no Centro Experimental de Jornalismo (CeJor) da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP) e prevê a criação de um produto multimidiático para a realização de uma cobertura diferenciada das Eleições Presidenciais de 2018.

Considerando que o processo de checagem, intrínseco ao fazer jornalístico, ganhou notoriedade ao deparar-se com as necessidades expostas à produção no jornalismo no tocante à tentativa de reduzir a circulação de notícias falsas, propusemos para esta oficina, para além das práticas de *fact-checking*, envolver também alguns processos de análise discursiva de políticos, com destaque para a compreensão do contexto sócio-histórico no qual se concretizam como processos comunicativos. Mais do que isso, consideramos ainda, dentro desse projeto, apurar como tem se dado a apreensão dos discursos políticos em razão das diferenças de classes sociais e da exclusão ou inclusão desses eleitores em redes digitais. Essa etapa, contudo, ainda não começou a ser desenvolvida e deverá ser foco de um outro texto.

A proposta é que a oficina incentive o desenvolvimento e a veiculação de conteúdo jornalístico, permitindo a produção multimidiática e a inserção dos alunos nas estratégias de publicação e divulgação de suas reportagens em mídias digitais. Os alunos participam de todas as etapas do processo: reuniões de pauta; entrevistas; apuração; checagem; produção de textos/vídeos/fotos/infografias; edição; publicação; divulgação em redes sociais; acompanhamento da circulação do conteúdo.

Em razão de a própria ementa deste Grupo de Pesquisa defender que “a convergência das linguagens midiáticas provocam impactos na maneira de aprender e ensinar, nos modos de perceber, sentir e pensar as relações humanas em suas práticas sociais”, nos apoiamos nessa premissa para as ponderações aqui

apresentadas, considerando o campo comunicação/educação como espaço privilegiado da atuação dos educadores, apresentando-o como lócus na formação dos sentidos sociais. Mais ainda quando, segundo Citelli (2000, online), ponderamos que as comunicações, que ganharam centralidade política, estratégica e econômica na sociedade pós-industrial, “passaram a operar sob outra chave técnica, onde se incluem a digitalização e a sinergia capazes tanto de otimizar o conceito de interação entre sujeitos”, segundo as novas regras impostas pelas redes e pela lógica da circulação de conteúdo à deriva, como ampliar as possibilidades operacionais dos diversos meios de comunicação.

Em síntese, a comunicação, pelo peso estratégico que possui na sociedade pós-industrial, pela maneira como contribui na formação do *sensorium*, pelo que joga na composição dos valores e pelas infinitas possibilidades técnicas que disponibiliza -por exemplo, o ensino a distância- possui enormes vínculos com o plano da educação, seja formal, informal ou não formal. Explorar tais possibilidades, entendendo as dinâmicas discursivas e de linguagem que as engendram é tarefa da qual os diferentes sistemas de ensino não podem se furtar. (Citelli, 2000, online)

Dessa forma, as breves percepções apresentadas a seguir foram construídas com o intuito de prover elementos para que os alunos pudessem tomar contato com os conceitos concernentes à análise discursiva, bem como dimensionar com mais clareza os processos intrínsecos à compreensão do contexto sócio-histórico que permeia os passos desse desenvolvimento analítico. Tomamos como base a condição formadora presente nos processos de recepção midiática para discutir as questões discursivas deste agente socializador na construção da percepção em torno das falas de Luiz Inácio Lula da Silva em dois momentos distintos da história do Brasil: após sua primeira eleição à Presidência da República, em 2002, e algumas horas antes de se entregar à Polícia Federal para ser preso pela segunda vez em sua vida, em 2018.

Contexto da análise

Os 16 anos que separam um discurso do outro sinalizam a complexidade dos momentos históricos pelos quais o país passou e trazem discussões que não caberiam no presente texto. Dessa forma, vamos nos ater apenas aos discursos proferidos, sem

desmerecer, portanto, a condição socio-histórica na qual foram produzidos – algo concernete aos processos de análise discursiva de linha francesa, que nos guiam pelo caminho aqui exposto.

Neste mesmo contexto, não nos dispusemos, aqui, a explorar os discursos construídos pela mídia a partir da exposição do que foi dito pelo ex-presidente nos dois momentos por nós selecionados para a discussão aqui proposta. Consideramos, contudo, de extrema relevância um levantamento neste sentido que possibilite uma compreensão mais clara sobre as apreensões contedísticas e ideológicas desveladas pelos *media* sobre essas falas. E a intenção é de que uma segunda etapa de observação nos permita realizar esse segundo objetivo, que terá especial relevância para a compreensão de consumo midiático em torno dessa temática.

E é assim, nos apoiando na importância do recurso da fala enquanto suporte para os processos comunicativos (e conseqüentemente educativos) aqui exposta por Baccega, que tomaremos os discursos do ex-presidente brasileiro como foco de discussão para este texto, numa etapa inicial de pesquisa que depois possa se desdobrar na análise midiática e, a partir dela, na observação mais aprofundada de algum aspecto que nos permita compreender melhor como se deu o processo de circulação de valores em dois momentos tão distintos da história recente do Brasil. Conforme a autora:

a) quando tratamos de recepção, estamos tratando também do outro pólo: o da emissão. Só o encontro dos dois constitui a comunicação. Por isso, é preferível falar sempre em campo da comunicação. Os estudos de recepção não são um lado novo da comunicação: trata-se apenas de uma nova perspectiva desses estudos, a qual vem se desenvolvendo nas últimas décadas; b) quando se fala em comunicação, não estamos tratando apenas daquela veiculada pelos suportes tecnológicos (chamados meios de comunicação, mídia), embora os consideremos de extrema importância na atualidade, configurando-se, inclusive, como destacados construtores de realidades. Comunicação é interação entre sujeitos que, para tanto, podem utilizar-se predominantemente – e às vezes tão-somente – do mais democrático de todos os suportes: o aparelho fonador. As feiras, a literatura de cordel, o circo, o teatro, o folhetim, o carnaval, entre muitas outras configuram-se nessa modalidade de comunicação e constituem as matrizes históricas dos produtos dos meios de comunicação, tal qual os conhecemos hoje. (Baccega, 1998, p.7)

A relevância de compreender ambas as falas do ex-presidente diante de uma gama distinta de interlocutores em cada uma delas nos permite também observar o diálogo que ele se põe a construir com a cultura (destacando que nela se insere a

condição socio-histórica) em dois momentos, e novamente nos apoiamos em Baccega para referenciar essa questão:

Cada discurso, quer seja emitido por um indivíduo-sujeito ou por um sujeito-coletivo, usando apenas a própria voz ou a tecnologia mais avançada - satélite, por exemplo - é, na verdade, a atualização de um processo de interlocução entre vários discursos, manifestação de diálogos, entre os mais diversos gêneros e até entre as mais diferentes épocas. (...) Trata-se de diálogo que tem como cenário uma determinada cultura, e sem o qual não haveria (não se poderiam constituir) a telenovela, o noticiário, a música etc. Sem esse diálogo com a cultura, com as referências culturais, de ambos os pólos e entre eles mesmos, teríamos uma parcialidade que impediria a constituição de sentido. (Baccega, 1998, p. 8)

E é justamente a busca pela compreensão dessa constituição de sentido que nos move aqui: as referências da cultura nos processos de criação de sentidos, a condição de atores sociais de cada um dos que constróem e/ou se apropriam dos discursos que circulam no cotidiano e que também é reproduzido pela mídia – ora de forma reduzida, ora sob uma nova narrativa, mas sempre a partir de uma reconstrução do real. Segundo Martín-Barbero,

abre-se ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo - os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação - mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produto (Martín-Barbero, 1997, p.287)

Aqui voltamos à questão sobre a construção de sentidos sociais localizada no bojo das práticas culturais, da construção da cidadania. Ainda de acordo com Martín-Barbero (1997), é desse lugar que devemos nos relacionar com eles. “E é esse o lugar de onde temos que esclarecer qual cidadania nos interessa, parece-nos sempre oportuno reiterar”. (Martín-Barbero, 1997, p. 11). Essa construção da nossa cidadania nos remete ainda a refletir sobre nossos processos de entrada nesses discursos que já estão prontos e que nos são dados desde quando nascemos. E a perspectiva da interface Comunicação-Educação nos possibilita reconfigurar e recriar os sentidos, motivo pelos quais os sujeitos sempre podem ser outros, mas nem sempre o são.

O uso da palavra na construção dos discursos

Era manhã de 28 de outubro de 2002 e havia finalmente chegado o momento em que Luiz Inácio Lula da Silva – retirante nordestino, operário metalúrgico, fundador da

nova esquerda nacional, sem diploma universitário, orador fluente com escorregões freqüentes no idioma – faria seu primeiro pronunciamento oficial como presidente eleito. Lula chegara até ali com a maior votação recebida por um brasileiro e estava pronto para mostrar que sua fala estaria à altura de tal responsabilidade.

Ele enfrentou as palavras sob a perspectiva de não dar margem a interpretações equivocadas. A palavra, o mais importante dos signos ideológicos – por meio da qual, segundo Mikhail Bakhtin (1992), “se desenvolve a luta de classes” – foi o espaço para Lula, que sempre defendeu a luta de classes, mostrar como, afinal, conduziria seu trabalho no mais alto posto da hierarquia do poder executivo brasileiro. Um choque de condições, já que, como mostra Bakhtin: “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (1992, p.124).

Mais do que isso, conforme acrescenta Adam Schaff, as palavras, em seus semas, trazem algo que mobilize emocionalmente aqueles que as ouvem. Possibilitam que uma reação emocional acompanhe os conceitos a que se referem. “A palavra vem unida organicamente não só da função cognitiva, como também das funções volitiva e sensitiva” (SCHAFF, 1973, p. 20). Era exatamente o que Lula buscava: tocar não apenas os que estavam presentes fisicamente no local em que realizou o pronunciamento, mas todos aqueles que tivessem acesso ao conteúdo da mensagem que tentava enunciar, qualquer que fosse o recorte dado a ela por quem assumisse transmiti-la.

Não seria possível restringir a condição de presidente nem tampouco a de sindicalista. O pronunciamento teria de ser heterogêneo o bastante para ligar, como cita Helena Brandão (1991, p.71), “de maneira constitutiva o Mesmo do discurso com o seu Outro, ou, em outros termos, permitir a inscrição do discurso daquilo que se costuma chamar de seu ‘exterior’”. Seria a primeira situação em que Lula agregaria o poder a esse “Mesmo do discurso” e, paralelamente, tomaria o posicionamento sindical “como Outro”. O que por tanto tempo havia sido “exterior”, tornar-se-ia parte.

Por isso, o cuidado com que cada um dos 1.939 vocábulos do pronunciamento foi escolhido não deixou dúvida sobre a noção do juízo de valor contido em todos eles. A intenção era clara: falar para 170 milhões de brasileiros e não apenas para seus eleitores, ciente de que o conteúdo da mensagem está de fato no receptor ao qual ela se

destina. Como descrito por Maria Lourdes Motter (2001, p.43), o sentido da palavra “é totalmente determinado pelo contexto no qual ocorre. Há tantas significações quantos contextos possíveis. E elas se realizam na interação verbal ou na enunciação entendida como processo envolvido na produção do discurso, pressuposto lógico do enunciado e instância de mediação que assegura a colocação em discurso das virtualidades da língua. (...) A palavra, realizada na enunciação concreta, é inteiramente determinada pelas relações sociais, e está sujeita a variações em função do interlocutor, relativamente ao grau de intimidade, à hierarquia, ao contexto, à situação”.

O pronunciamento do então presidente eleito provou que a palavra, de fato, manifesta uma prática social condensada e é o modo mais puro e sensível da relação da comunicação social. Cada uma das que Lula proferiu em pouco mais de 20 minutos vinha carregada do sentido adquirido no contexto em que estava sendo empregada. A intenção era atingir os públicos mais variados que pudessem receber o conteúdo de sua mensagem, falando como autor, locutor e enunciador.

Ele destacou com vigor o objetivo de extinguir a fome no País: “Se ao final do meu mandato cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida”. E, ao mesmo tempo, agradeceu empresários e mercado financeiro enfatizando “empenho em encaminhar reformas”, “barateamento do crédito” e “fomento ao mercado de capitais”.

Rompimento com estereótipos?

Não se imaginaria tal cena uma década antes e tampouco, naquele momento de 2002, se pensaria no destino que teve Luiz Inácio Lula da Silva 16 anos depois. Mais atenção ainda nos traz a perspectiva histórica se observarmos que, em 1989, o Partido dos Trabalhadores lançou a primeira candidatura de Lula à Presidência defendendo em documento que “nem os limites institucionais, nem os não institucionais podem determinar nosso programa partidário e nossos objetivos históricos de construir uma sociedade socialista”. Era preciso demover a “fé” dos que ainda carregavam a crença de que o PT instauraria o “temível comunismo” no Brasil se chegasse ao poder; demover o estereótipo que, como quase todos, teve origem social. Se toda palavra contém juízo de valor, no estereótipo há predomínio dele; um juízo provisório que pode ou não ser validado. E esse juízo provisório é constitutivo do cotidiano. Como cita Agnes Heller (1985, p.34): “Os juízos ultrageneralizadores são todos eles juízos provisórios que a

prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, formos capazes de atuar e de nos orientar.” Isso permite que, diante de uma nova situação, a leitura desta seja feita a partir de conceitos e estereótipos já existentes. Retomando Schaff (1973, p.18): “O estereótipo é também um reflexo específico da realidade, mas com a intervenção adicional do fator subjetivo, em forma de elementos emocionais, valorativos e volitivos, que lhe conferem um caráter próprio e peculiar, tanto em relação ao conhecimento quanto ao comportamento humano”.

O que se viu na manhã de 28 de outubro de 2002 foi claramente a adequação do discurso de Lula e do próprio Partido dos Trabalhadores. Seria preciso vincular-se a novos estereótipos (da mudança, do novo, da modernização), vincular-se a um outro juízo provisório que permitisse a abertura de um, também novo, processo de validação. Uma mudança que teve início bem antes do processo eleitoral, com a criação de mensagens que pudessem ser melhor recebidas pelos eleitores brasileiros do que nos pleitos anteriores, em que o candidato havia saído derrotado. Uma mostra do quanto a situação, o contexto, é fator determinante na formação do discurso e, ao mesmo tempo, uma prova de que a enunciação e a percepção ocorrem de formas diferentes. Conforme cita Lippmann (1980, p.256): “As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las. E, a menos que a educação nos tenha tornado agudamente conscientes, essas preconceções governam profundamente todo o processo da percepção.”

Assim depurada, a primeira fala oficial de Lula como presidente eleito também teve êxito na divulgação que recebeu dos meios de comunicação. Foi cercada de elogios de personalidades dos mais diversos setores da atividade econômica, do cenário político, das áreas de cultura, educação e meio ambiente. Desse modo, o pronunciamento utilizou-se do megafone da mídia para chegar a quem não o ouviu ao vivo, aos brasileiros-receptores que receberam a mensagem após o filtro natural que cada veículo de comunicação dá ao tratar uma informação.

Daí a preparação prévia da equipe petista para ultrapassar essa seleção, que é da natureza da mídia e que, todavia, abre espaço para discutir a maneira como essa edição ocorre, geralmente em função da manutenção do sistema ideológico. Esse processo permite que os meios de comunicação agendem temas para a sociedade discutir, ditando o que deve ou não ser destaque na imprensa. Isso porque a mídia, na nossa cultura oral,

acaba eleita porta-voz para relatar os fatos (é a fê pública). O desafio apresentado ao público receptor é o de construir uma nova realidade a partir desse mundo editado. Assim, sabe-se que a mídia – na função de fio mais espesso do tecido que é a cultura – influencia o comportamento do público, mas não é determinante desse processo. O rádio, a televisão, o jornal, a Internet e os meios de comunicação em geral são instrumentos que servem como “suportes” para que as idéias circulem. Como explica Maria Aparecida Baccega (1998, p. 10): “informação não é conhecimento. Poderá até ser um passo importante. O conhecimento implica crítica. Ele se baseia na inter-relação e não na fragmentação. Todos temos observado que essa troca do conhecimento pela informação tem resultado numa diminuição da criticidade”.

Mídia e discurso no cotidiano

O pronunciamento do presidente eleito foi feito para entrar na pauta do noticiário do dia, não só pela importância da figura que o proferiria, mas também por conter fatos novos, como a criação da Secretaria de Emergência Social. E a estratégia funcionou. A novidade foi manchete dos principais jornais do País, recebeu destaque na imprensa internacional e esteve presente nos telejornais das maiores redes de televisão do Brasil e do exterior. Assim cita Baccega (1998, p.8): “Ocupando espaços e promovendo silêncios, o discurso tem seu poder ampliado pelos meios de comunicação, os quais dão voz a algumas posições e silenciam outras. O prestígio do discurso, a ‘autoridade’ de quem o emite, o lugar do discurso, enfim, são fundamentais para sua divulgação com caráter de veracidade. Logo, ele está no centro das relações de poder”.

Ao contrário desta, a fala proferida algumas horas antes de sua prisão, em 7 de abril de 2018, foi em grande parte desqualificada diante do filtro midiático. Mas, ainda assim, pautou o noticiário. Sob percepções diferentes e a partir de construções discursivas até conflitantes entre si, jornais, websites, blogs, TVs, rádios discorreram longamente sobre o tema, reconstruindo sob as mais diversas possibilidades de construção de sentido o discurso do ex-presidente condenado a cumprir pena de mais de 12 anos de detenção. A poucas horas de se entregar, na perspectiva discursiva de Lula não havia mais “o mercado”, não havia mais que se preocupar com as consequências que sua fala traria à variação cambial, à captação de investimentos. Os interlocutores eram outros, eram dele. Durante sua fala, o ex-presidente era interrompido por gritos de “não se entrega”, “resiste”. Em 2002, era preciso se reafirmar; 16 anos depois chegou o

momento de fazer um retrospecto. Foram 55 minutos de fala em frente ao sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, destacando uma perspectiva mais pessoal, retomando sua própria história e suas relações.

Foi preso no dia em que aquela que foi sua companheira por 43 completaria 68 anos. Talvez a perspectiva do estadista estivesse mais presente nos momentos que antecederam à prisão do que quando, após uma longa trajetória de candidaturas à Presidência, ele conquistou o posto mais alto dentre os cargos do poder executivo brasileiro. Diante da militância, ele abordou vários assuntos. Defendeu uma nova constituinte, elogiou candidatos às eleições que estavam com ele no palco, criticou a ideia de privatizar estatais como o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Mas logo voltava ao tema principal do ato e atacava a forma como vem sendo tratado pela Justiça.

Diferentemente do uso midiático do qual ele mesmo se utilizou quando da fala proferida no momento em que foi eleito presidente, discutiu o papel da mídia no processo de sua prisão, condenando a cobertura. “Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me massacrando. Eu tenho mais de 70 capas de revista me massacrando. Mas o que eles não sabem é que quanto mais eles me atacam, mais cresce a minha relação com o povo brasileiro” (...) “Vou cumprir o mandado. E vocês vão ter que se transformar... vocês não vão mais se chamar Chiquinha, Joãozinho, Zezinho, Albertinho... Todos vocês, daqui para a frente, vão virar Lula e vão andar por esse país fazendo o que têm de fazer. Todo dia. Eles têm que saber que a morte de um combatente não para a revolução.”

Na prática e distante dos olhos da militância, Lula admitia se submeter à ordem judicial e ir para a cadeia em breve. No entanto, deixava claro que sua força política e popular o credenciavam a se entregar em seus próprios termos, e não naqueles estabelecidos pela Justiça. Para encerrar, Lula citou uma frase que, segundo ele, ouviu de uma menina em uma de suas caravanas, mas é de autoria de Che Guevara: “Os poderosos podem matar uma, duas ou cem rosas, mas jamais vão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é pela chegada da primavera.” Falava com seus pares. E com a história.

A narrativa que começou a ser construída desde o anúncio de que o ex-presidente teria que cumprir pena de 12 anos e 1 mês de detenção chegou às pressas ao seu destino final, num atabalhado processo que se seguiu à ordem de prisão recebida logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter votado pela prisão em segunda

instância de réus ainda em processo de julgamento. Na perspectiva de Vladimir Safatle, “aquele que melhor encarnava as dinâmicas de negociação entre classes da Nova República terminou na cadeia; aquele que acreditou que os processos de transformação poderiam ser garantidos por meio de um reformismo gradual e seguro foi simplesmente jogado em uma cela”, com poucas possibilidades de comunicação, na primeira oportunidade, independente do caos que isso possa gerar.

Em ambos os casos, porém, Lula incorporou ao seu pronunciamento o fato de que comunicação é transmissão de sentidos. Provou que, como disse Bakhtin (1992, p. 124), “a comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta”. E é no cotidiano, o “espaço em que estamos mais relaxados”, que esse vínculo se estabelece com mais força. Segundo Agnes Heller (1985, p.127): “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade (...). O homem já nasce inserido em sua cotidianidade (...) É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade.” As rotinas são permitidas pelas questões sociais. Até mesmo o lazer está inserido nessa realidade; cada um estrutura o que fazer em seu tempo livre a partir de restrições externas. Há assujeitamento nisso. E há política também.

Justamente por isso é que também nesse espaço – o cotidiano – os meios de comunicação jogam seu potencial de influência. Como não há cotidiano que não esteja inserido num sistema ideológico constituído, a mídia – e os políticos por meio dela – acaba por refletir esse sistema, presente o tempo todo na dinâmica da sociedade. Como mostra Ecléa Bosi (1987, p. 99): “Essas imagens têm autoridade sobre nós: e para nos invadirem elas pedem apenas o trabalho de ficarmos acordados. O estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico.”

O próprio posicionamento de Lula e do PT, nas duas circunstâncias (2002 e 2018) é fruto dessa dinâmica social, expressada através das mudanças na língua. Como define Adam Schaff (1976, p.66), “as mudanças na vida social acarretam consigo a necessidade de modificar a linguagem, quando mais não fosse enriquecido o seu léxico; um efeito análogo é causado pelo contato com as culturas estrangeiras, que agem sobre a linguagem por contágio”.

A palavra é o mais sensível indicador das transformações sociais. Cada uma delas carrega um estereótipo, que também muda através dos tempos. A cultura atualiza

as palavras retirando alguns semas e acrescentando outros. Assim, as palavras vão tendo outras significações com o passar dos anos, ou até desaparecem. E as maiores mudanças de significado ocorrem justamente nos períodos de maior movimentação social. Até mesmo o sistema ideológico, para se manter, tem que se modificar. Desse modo, segundo Bakhtin, nenhuma palavra simplesmente reflete a realidade, há refração ao mesmo tempo (interação entre a teoria mecanicista e o idealismo, de onde sai a consciência, a ideologia, que é mutável ao longo do tempo).

A conotação de mudança impressa no discurso de 2002 deu lugar à fala sobre as traições ao petista e, especialmente, à reconexão com seu lugar de origem em 2018. Os dois pronunciamentos vestiram-se do fato de que a reprodução do discurso não significa igualdade e, da mesma forma, não há possibilidade de ruptura completa com o que já existe. Adaptam-se à realidade de que os domínios têm “vida própria” e que esse percurso de ligação a eles não pode ser completamente rompido, ou o discurso ficaria ininteligível. Uma constatação de que o novo que se fabrica tem que estar enraizado.

Considerações

As percepções aqui apresentadas estão agora sendo submetidas a um segundo passo metodológico e pedagógico no sentido de serem tomadas como fonte de observação para a análise do material jornalístico produzido nos momentos referentes a cada um dos discursos. Com a finalização desta etapa, objetiva-se que os alunos tenham uma condição diferenciada de aplicar na cobertura experimental das eleições presidenciais que será realizada ao longo do segundo semestre de 2018, especialmente no tocante às práticas de checagem de informação e observação dos contextos de fala dos candidatos que estarão no palco da campanha política a se desenrolar nas mídias e no cotidiano dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M.A. Conhecimento, informação e tecnologia. **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna, jan./abr. 1998. p. 7-16.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOSI, E. A opinião e o estereótipo. **Contexto**, nº 2, mar. 77, pp. 97-104.

BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

BREDARIOLI, C. A perspectiva ética e os processos de ensino e aprendizagem em Jornalismo em tempos de pós-verdade. In: NAGAMINE, E.; GOMES, A. L. Z. (orgs.) **Territórios migrantes, interfaces expandidas**. Ilhéus, BA: Editus, 2018. (Série Comunicação e Educação; v. 5). No prelo.

CASTILHO, C. Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade. **Observatório da imprensa**. Ed. 949, 28.set.2016. Disponível em:
<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 02.fev.2017

CITELLI, A.O. e BACCEGA, M.A. Retórica da manipulação: os sem-terra nos jornais. *Comunicações e Artes*. São Paulo: ECA-USP, n° 20, abr/1989.

CITELLI, A.O. Comunicação educação e linguagem. Mimeo. ECA-USP, 2000. Disponível em:
<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/133.pdf>. Acesso em: 04.jul.2018.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985, pp. 17-63.

LIPPMANN, W. “Estereótipos” In: STEINBERG, CH. (org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1980.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: ed. Um, 1997.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a democracia. Dossiê Pós-Verdade. **ComCiência** – Revista eletrônica de jornalismo científico. Mar.2017. Disponível em:
<http://www.comciencia.br/os-meios-de-comunicacao-e-a-democracia/>. Acesso em: 13.jun.2017

MOTTER, M.L. – Cotidiano e Linguagem. In: BACCEGA, M.A. **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 29-47.

MOTTER, M.L. **Manipulação e construção da identidade negra na imprensa brasileira** – a viagem de Sarney a Angola. São Paulo: ECA-USP, mimeo, 1989

SCHAFF, A. **Linguagem e conhecimento**. Coimbra: Almedina, 1976. Cap. 3, pp. 247-268

SCHAFF, A. Lenguaje y acción humana. In: SCHAFF A. **Ensayos sobre filosofia del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1973.